

Alagamento crônico e falta de cronograma de obras

21 carros submersos no Taquaral; Prefeitura informa obra sem prazo

Por Raquel Valli

Apesar de 21 veículos terem ficado submersos esta semana na região do ex-kartódromo do Taquaral em Campinas (SP), a situação não é novidade no município, que conta com pontos de alagamentos crônicos, onde, inclusive, pessoas morrem.

Neste sentido, o Correio da Manhã questionou a Prefeitura a respeito de soluções resolutivas para o problema, que assola a cidade há décadas.

Em resposta, a Prefeitura informou que “está finalizando um estudo técnico para um projeto de ampliação da drenagem na região do antigo kartódromo” e que “o objetivo é aumentar a captação e o escoamento das águas das chuvas, com a implantação de uma rede auxiliar à existente, para reforçar a infraestrutura e contribuir para a redução de alagamento na área”.

Ainda de acordo com o Executivo, “a análise leva em conta séries históricas de chuvas e o comportamento do sistema ao longo das últimas décadas, fundamental para definir o dimensionamento adequado da nova estrutura e garantir maior eficiência no escoamento. Após a conclusão do estudo técnico, será elaborado o projeto executivo e a busca por recursos. A estimativa preliminar aponta que o investimento pode chegar a cerca de R\$ 25 milhões”.

Informa também que “a rede de drenagem na região é antiga, com cerca de 60 anos, quando o entorno era menos urbanizado e o solo mais permeável. Com o crescimento urbano e a expansão de áreas asfaltadas e edificadas, a capacidade de drenagem diminuiu”.

Prazo?

O Palácio dos Jequitibás, entretanto, não informou o cronograma do estudo, nem tampouco a data prevista para que seja apresentado. Também não precisou onde pretende buscar a verba e como pretende fazê-lo.

Para o mestre em Planejamento Urbano, Ayrton Camargo e Silva, docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, e ex-servidor da Prefeitura, “qualquer ação do poder público que não tem prazo definido é bla bla bla”.

Seriedade

De acordo com o urbanista, a necessidade central neste caso reside no conhecimento do pla-



Equipe da Secretaria de Serviços Públicos faz a limpeza da área que sofreu alagamento

Divulgação



Região do bairro Guanabara submersa após o temporal

no de drenagem da cidade, que deve ser elaborado com base nas bacias hidrológicas existentes para compor o plano de macrodrenagem urbana. Isso porque à medida que a urbanização avança torna-se fundamental a instalação de galerias de águas pluviais sob o pavimento, além de bueiros e bocas de lobo nas sarjetas para o escoamento adequado.

O dimensionamento dessas estruturas precisa considerar o regime hídrico atual marcado por mudanças climáticas, que resultam em chuvas torrenciais e no aumento da impermeabilização do solo, ensina Camargo e Silva.

Ainda segundo o professor, é preciso compatibilizar o controle das áreas de declividade que direcionam o fluxo para os fundos de vale, mantendo as mar-

gens dos rios desimpedidas para suportar transbordamentos em épocas de cheia.

Cuidado integral

A presença de vegetação também é indispensável para a absorção do excesso de água, assim como a manutenção de áreas permeáveis em regiões de maior solicitação pluviométrica, onde a drenagem convencional possa ser insuficiente.

Camargo e Silva pontua que o planejamento deve integrar o conhecimento do regime hídrico com políticas de arborização e garantia de permeabilidade do solo urbano e que a infraestrutura instalada exige a obrigação de manter bueiros e galerias limpos, pois o acúmulo de lixo impede o funcionamento do sistema e causa alagamentos.

Dessa forma a abordagem inicial do problema deve focar no estado do plano de drenagem e macrodrenagem, além da eficácia do cronograma de manutenção e limpeza das galerias existentes.

Quanto à limpeza de bueiros e córregos, a Prefeitura afirma que “faz um trabalho permanente de limpeza de 46 córregos e a limpeza e a desobstrução de bueiros e galerias pluviais, cerca de 800 por mês, para garantir a passagem livre para o fluxo de água”.

Ressalta que é “Importante que a população não jogue lixo e entulho no chão, que são levados pelas chuvas, entopem as bocas de lobo e os leitos dos córregos e impedem o fluxo da água”.

Informa ainda que “o cidadão pode solicitar a limpeza de bueiros por meio do canal 156 cujas canais de atendimento estão disponíveis pela internet, no seguinte endereço eletrônico: <https://campinas.sp.gov.br/sites/156/canais-de-atendimento>

Trânsito

Em chuvas intensas, a Emdec (empresa municipal responsável pelo tráfego campineiro) orienta que os motoristas fiquem atentos às placas amarelas de sinalização em pontos que antecedem os locais sujeitos às ocorrências, como na região do Taquaral, entre outras, com o mesmo risco. A sinalização indica “Área sujeita a alagamento / Em caso de chuva, evite essa via”.

Câmara retoma Parlamento Jovem

A Câmara de Campinas anunciou a retomada do projeto Parlamento Jovem em 2026 com o objetivo de estimular a consciência política e a cidadania entre os estudantes da rede pública e particular do município. A iniciativa é coordenada pela Escola do Legislativo de Campinas, a Elecamp, e busca proporcionar aos jovens uma experiência prática sobre o funcionamento do Poder Legislativo e o papel dos vereadores na construção das leis e na fiscalização das ações da prefeitura.

Segundo as diretrizes divulgadas, as instituições de ensino interessadas poderão realizar as inscrições a partir do mês de março, por meio do portal oficial da Câmara na internet (<https://www.campinas.sp.leg.br/institucional/parlamentojovem/edicao-8-2026>).

O programa é direcionado a alunos matriculados nos 8º e 9º anos do ensino fundamental, além daqueles que frequentam o 1º e o 2º ano do médio. O processo de seleção ocorre geralmente em etapas que envolvem a elaboração de projetos de lei pelos próprios estudantes e a eleição interna nas escolas participantes para definir quem ocupará as cadeiras no plenário.

Os jovens selecionados como vereadores mirins têm a oportunidade de participar de sessões simuladas onde discutem propostas de melhorias para a cidade em áreas como educação, saúde, transporte e meio ambiente.

A vivência permite que os estudantes compreendam a importância do debate democrático e da participação ativa na sociedade. Além das sessões práticas, o projeto costuma oferecer palestras e oficinas de formação sobre temas relacionados à ética, transparência e organização do Estado.

Escolas e estudantes devem ficar atentos aos prazos e requisitos específicos que serão detalhados no edital completo a ser publicado no início do período de inscrições em março.

As atividades começam em abril e as sessões plenárias ocorrem no mês de agosto.

Contato

Para mais informações sobre o cronograma completo, as escolas podem entrar em contato pelo e-mail: parlamentojovem@campinas.leg.sp.br